



**DAKIR PARREIRAS, ÓPERA TIRADENTES, 1926, ACERVO CONSERVATÓRIO.
FOTO: FOCA LISBOA.**

O NOVO CURSO DE GRADUAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS:

Letras-Libras e seus desafios no Ensino Remoto Emergencial

ISABELLE CORNELIO BALBI SOZA*

ELIDÉA LÚCIA ALMEIDA BERNARDINO**

RESUMO Este artigo discorre sobre o curso de graduação em Letras-Libras - Licenciatura, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desde a concepção da área de Libras na universidade até o momento atual. Aborda-se sucintamente a inclusão de Pessoas com deficiências (PCD) no contexto social e acadêmico, destacando-se os surdos. Discutem-se estratégias de ensino tanto presencial quanto no Ensino Remoto Emergencial (ERE) e as plataformas utilizadas para que fosse possível alcançar alunos surdos e ouvintes de maneira adequada e inclusiva. Apresentam-se as perspectivas do aluno e do professor em um tempo tão único, as dificuldades e as soluções propostas, além de novas perspectivas para esse novo curso presencial em um momento de pandemia, com o ERE.

PALAVRAS-CHAVE Letras-Libras. UFMG. Ensino Remoto Emergencial.

ABSTRACT This paper discusses the undergraduate course Letras-Libras – Licentiate Degree at UFMG, from the conception of the Libras area in the university to the present moment. It is briefly addressed the inclusion of People with disabilities (PCD) in the social and academic context, especially the deaf. We discuss teaching strategies in person and in Emergency Remote Education (ERE) and the platforms used to reach deaf and hearing students in an appropriate and inclusive way. The perspectives of the student and the teacher are presented in such a unique time, the difficulties and the proposed solutions, as well as new perspectives for this new course in person in a pandemic moment, with the ERE.

KEYWORDS Letras-Libras. UFMG. Emergency Remote Education.

* Graduanda em Letras/Libras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

** Doutora em Linguística Aplicada pela Boston University, professora Associada da FALE/UFMG.

Introdução

O presente artigo busca dar uma visão geral da questão relacionada às Pessoas com deficiências (PCD) no Brasil, especialmente no contexto acadêmico, no espaço da UFMG, antes e após o surgimento e a expansão da Libras na universidade, até o presente momento, com o advento do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Este relato busca apresentar o contexto da inclusão de pessoas com deficiência na UFMG, através de iniciativas de pequenos grupos de apoio, culminando com a criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) em 2014, como uma forma de assegurar a permanência dessas pessoas.

Relata-se, então, de forma sintética, o surgimento e a expansão da Libras na universidade (maiores detalhes em BERNARDINO *et al.*, 2014), que resultou com a criação do curso de graduação Letras-Libras - Licenciatura, com entrada efetivada no segundo semestre de 2019. Nesta pesquisa, destaca-se a importância do pertencimento das Pessoas com deficiência nos espaços acadêmicos, não como uma concessão, mas como uma conquista de toda a universidade, PCD ou não.

A partir deste trabalho, que traz as experiências do passado de forma a direcionar um panorama do futuro em perspectiva, são apresentadas as concepções do aluno e do professor em um tempo tão único: as dificuldades e as soluções propostas, além de novas perspectivas para esse novo curso acadêmico presencial em um momento de pandemia, com o ERE. Levando em consideração os resultados alcançados, ventila-se a possibilidade de incorporar algumas mudanças positivas para o curso presencial a partir das experiências com o ensino remoto.

A inclusão de pessoas com deficiência na universidade como promoção de inclusão na sociedade

As Pessoas com deficiência (PCD) sempre estiveram presentes no seio da sociedade. Apesar disso, não se pode dizer que presença significa que eram incluídas ou mesmo que eram consideradas cidadãs, com direitos, deveres e ações que buscassem a sua integração e inclusão. Entretanto, os estudos sobre esse tema começaram a se tornar mais visíveis internacionalmente na década de 1980, a partir de um posicionamento de compromisso e ativismo político, que buscava a integração e valorização das PCD no tratamento dos direitos humanos (SANTOS, 2008). Dispositivos legais que garantiam a essas pessoas educação, trabalho, assistência social e acessibilidade física somente foram criados, aqui no Brasil, a partir da Constituição de 1988, graças à pressão social. Antes disso, as políticas públicas visavam o assistencialismo, práticas caritativas e cuidados familiares; isso quando as PCD não eram abandonadas (SANTOS, 2008). De acordo com Santos,

Desde sua politização, nos anos 1970, os ativistas da deficiência e algumas organizações de deficientes tornaram-se atores na defesa de ações afirmativas, mudanças nas legislações nacionais e internacionais e mais recentemente, muitos governos democráticos têm algum tipo de lei antidiscriminação e de proteção às pessoas deficientes (SANTOS, 2008, p. 502).

No ano de 1981, a Organização das Nações Unidas (ONU) passa a reconhecer que os governos são responsáveis por garantir direitos iguais às pessoas com deficiência, ao tratar esse tema na esfera dos direitos humanos. Essa reviravolta política deveu-se, por um lado, ao ativismo político dos movimentos sociais e, por outro, pela multiplicação dos estudos sobre deficiência no meio acadêmico (SANTOS, 2008, p. 502).

No Brasil, o último Censo realizado data de 2010. Esse apontou que o país possuía, na época, 190 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência (BRASIL, 2010). No que respeita às pessoas com deficiência auditiva, a população residente foi identificada como “Não consegue (ouvir) de modo algum”, ou seja, surdos, 344.206 pessoas; “grande dificuldade”, 1.798.967; e “alguma dificuldade”, 7.574.145. Entretanto, o Censo não identifica aqueles que são usuários da Libras.

Santos (2008) aborda a questão da deficiência a partir de dois enfoques: o primeiro, compreende a deficiência como uma expressão da diversidade humana, partindo do modelo social da deficiência; no segundo, ele aponta que a compreensão do corpo com deficiência como manifestação da diversidade corporal leva a sociedade a se organizar de forma a promover justiça às PCD por meio de políticas sociais que lhes garantam cidadania, proteção social e inclusão (SANTOS, 2008, p. 503). Entretanto, na prática, políticas públicas demoram a apresentar resultados efetivos.

Na UFMG, conforme informações do NAI, desde os anos 1990, iniciativas de diversos grupos de apoio às PCD foram concebidas, com o intuito de apoiar aqueles que conseguiam entrar na Universidade. Em 2002, a Universidade criou uma comissão permanente com o objetivo de assegurar a permanência das PCD na instituição. Contudo, apenas em 2014 foi possível a criação de um núcleo que fosse capaz de agregar as diversas iniciativas em andamento, centralizando as atividades de apoio às PCD em um núcleo voltado especificamente ao atendimento desses alunos, buscando apoiar não somente estes, mas também aos professores, na adequação de suas aulas. A segunda autora deste trabalho fez parte da comissão de criação do NAI, em 2014.

Na época da criação do Núcleo, foi realizado um censo pela UFMG, ao qual 257 alunos responderam que possuíam deficiência e, entre eles, 19,5% (50 alunos) tinham deficiência auditiva. Entretanto, nenhum deles se declarou surdo e utente da Libras. A entrada desses alunos sempre foi análoga à entrada dos demais alunos. Inicialmente, através de vestibular, depois, pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Nessa época, contudo, as provas do vestibular ou do ENEM eram as mesmas para todos os alunos. Havia ainda muita resistência para que a prova de português para os surdos considerasse que essa era a sua segunda língua e deveria, portanto, ser diferenciada da prova dos ouvintes.

Por que Libras?

Com relação à língua de sinais e ao seu papel na sociedade brasileira, a trajetória que culminou com o reconhecimento da Libras em 2002, pela Lei N° 10.436 (BRASIL, 2002) e o estabelecimento do seu status como língua foi decorrente, em primeiro lugar, de diversas lutas travadas pela comunidade surda brasileira, em consonância com

as lutas de surdos de diversos países. O segundo fator relevante nesse reconhecimento foi o resultado de estudos acadêmicos sobre a surdez e a Libras. Rodrigues (2014) afirma que as línguas de sinais eram excluídas do campo de estudos da linguística por não serem vistas como línguas naturais. Elas eram tidas como formas precárias de comunicação ou mesmo de simples expressão artística. Em 1960, Stokoe, um linguista americano, inicia seus estudos sobre a língua de sinais americana (ASL) e publica o primeiro dicionário sobre essa língua. A partir desses estudos, as línguas de sinais começaram a ser vistas com outros olhos.

De acordo com Sacks (1990), Stokoe convenceu-se de que os sinais “não eram imagens, mas símbolos abstratos complexos, com uma complexa estrutura interior.” Ele acrescenta:

Ele foi o primeiro, portanto, a procurar uma estrutura, a analisar sinais, dissecá-los, pesquisar as partes constituintes. Muito cedo propôs que cada sinal tinha pelo menos três partes independentes – locação, formato da mão e movimento (análogas aos fonemas da fala) – e que cada parte possuía um número limitado de combinações (SACKS, 1990, p. 94).

Assim como os estudos relacionados às PCD, os estudos sobre os surdos e as línguas de sinais no Brasil começaram a ganhar maior força a partir da década de 1980. No entanto, a trajetória do movimento social e político dos surdos brasileiros reporta-se à criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), em 1857, assim como à formação de associações de surdos em diversos municípios brasileiros, na segunda metade do século XX, e à criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), em 1987 (RODRIGUES, 2014). Além de buscarem os seus direitos políticos, de promoção social e cidadania, a principal bandeira dos movimentos de surdos buscava o “direito de um ensino em Libras”. Bernardino (2000) resume parcialmente o motivo dessa busca:

(...) a língua [no caso, a Libras] é considerada importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas do conhecimento, propiciando não apenas a comunicação do surdo com o ouvinte, mas também com o surdo, desempenhando também a função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social (BERNARDINO, 2000, p. 29).

Assim como a língua oral é essencial no desenvolvimento cognitivo da criança ouvinte, a Libras desempenha o mesmo papel. Entretanto, como a maioria da população de surdos possui pais ouvintes (cerca de 90 a 95% – SACKS, 1990), essa língua normalmente é adquirida tardiamente, principalmente na escola. Além disso, as políticas públicas de inclusão têm focado na necessidade de que a criança surda frequente escolas e classes regulares, objetivando principalmente “a interação com os colegas ouvintes”. Sem uma língua comum aos surdos e ouvintes envolvidos (aqui, considerando-se os colegas e também os professores), a inclusão tem se mostrado totalmente inadequada para a escolarização dos surdos, principalmente na Educação Básica. Pereira (2014) resume bem essa problemática:

Por quase cem anos os surdos foram obrigados a se comunicar exclusivamente por meio da língua portuguesa na modalidade oral e da audição ou da leitura orofacial. Os sinais eram proibidos porque se acreditava que o seu uso pudesse prejudicar o desenvolvimento da fala.

A grande dificuldade para compreender a fala por meio da percepção e da discriminação visual do movimento dos lábios e da face, somada ao pouco conhecimento da língua, resultou em níveis baixos de compreensão e de expressão oral (MARCHESI, 1991).

Cabe lembrar que nessa época predominava, no ensino da língua portuguesa, a concepção de língua como código, segundo a qual a língua é considerada um sistema de formas fonéticas, gramaticais e lexicais, independentemente de todo ato de criação individual (KOCH, 2001, 2003). A ideia subjacente é que, conhecendo o código, o aluno poderia compreender e usar corretamente a língua.

A adoção da concepção de língua como código na educação de surdos resultou no ensino sistemático e padronizado da língua portuguesa, uma vez que, diferentemente dos ouvintes, a maioria dos alunos surdos, principalmente os filhos de ouvintes, chega à escola sem uma língua constituída (PEREIRA, 2014, p. 145-146)

Como resultado dos movimentos da comunidade surda e do crescente aumento das pesquisas sobre a Libras, em 2002 a Libras foi reconhecida como “meio legal de comunicação e expressão” das comunidades surdas do Brasil. Em 2005, o Decreto N° 5.626 vem regulamentar a Lei de 2002, assim como a Lei N° 10.098, de 2000. Em decorrência ao Decreto, a Libras deveria “ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior (...)” (BRASIL, 2005).

Libras na UFMG

A Faculdade de Letras da UFMG e, sobretudo, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos têm recebido alunos com projetos de pesquisa relacionados à surdez e à língua de sinais desde 1996. Entre esses, o primeiro projeto de mestrado que avaliava a construção da referência em Libras e em português, concluído em 1999, de autoria da segunda autora deste artigo (BERNARDINO, 1999).

O percurso de inclusão de atividades de ensino da Libras na UFMG teve início no ano de 2008, com a criação de uma disciplina na modalidade presencial com o nome “Fundamentos de Libras”, para alunos que tivessem essa disciplina como obrigatória em sua grade curricular. Com a crescente demanda de outros cursos para essa disciplina, ficou inviável para a Faculdade de Letras (FALE) continuar de maneira presencial, já que em cumprimento ao Decreto Nffl 5.626/2005, a Universidade teria 10 anos para oferecer a Libras para toda a universidade. Concomitante à disciplina Fundamentos de Libras, foram criados também outros níveis de ensino da língua, em disciplinas presenciais que possibilitassem aos alunos a continuidade do aprendizado da Libras (Libras A, B, C e D), além de uma disciplina de tópico, Linguística Aplicada ao Ensino – Português como Segunda Língua para Surdos. Essas turmas eram essenciais ao avanço da Libras na universidade, tendo em vista que os alunos da graduação se tornaram, com o passar dos anos, estagiários, monitores, alunos de Pós-Graduação e professores da área.

Em 2009, então, começou o planejamento dessa disciplina a distância, considerando o número de alunos que alcançaria. Sob a supervisão da professora Elidéa Bernardino, os professores tiveram também um novo obstáculo: organizar e planejar as aulas como EAD. Foi necessário criar uma equipe de trabalho de apoio a partir dos alunos da FALE, que iniciaram o aprendizado da língua ao mesmo tempo em que eram treinados como monitores para as atividades de ensino. Todo o material didático a ser oferecido naquele momento – vídeos, videoaulas, textos com conteúdo básico, roteiros de atividades indicando a sequência das aulas e das atividades a serem desenvolvidas, atividades avaliativas e performativas – tudo precisou ser criado pela equipe, simultaneamente ao oferecimento das aulas a distância. Essas se iniciaram na UFMG no ano de 2010, e foram sofrendo adaptações e atualizações ao longo dos anos, conforme a necessidade e o acréscimo de novos membros à equipe.

Letras-Libras na modalidade presencial

Um dos desafios ao avanço da Libras na UFMG, ou seja, à entrada de surdos na universidade, é a dificuldade que a maioria desses sujeitos tem nas provas de português, em que é cobrado conhecimento de língua materna. Por não terem acesso à língua oral e devido à educação básica deficitária, esse é um dos maiores obstáculos desse processo. A área de Libras, composta atualmente por cinco professores, começou a trabalhar no sonho de criar o primeiro curso de Letras-Libras na UFMG, por volta de 2014. Nesse mesmo ano, o Plano Nacional de Educação (PNE), com respeito à educação de surdos, propõe, dentre suas metas, a meta 4, que visa “universalizar a educação das pessoas com deficiência e garantir a oferta da educação bilíngue por meio de equipes de profissionais especializados, sendo dada prioridade do ensino de Libras aos profissionais surdos” (PPC Licenciatura Especial em Letras-Libras, 2018, p. 19). Somado a esse acontecimento, em 2015, um novo fato vem corroborar a realização desse sonho:

Vale apontar que a UFMG recebeu, em dezembro de 2015, o Ofício nº 002795/15 encaminhado pela Senhora Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais, solicitando que esta universidade ofereça um curso de graduação em Letras-Libras para suprir a demanda de profissionais com a formação exigida pelo Decreto de Nº 5626/05, para atuar na Rede Estadual de Ensino. Anexa a esse ofício, foi enviada ampla documentação relativa à matrícula de pessoas surdas em Minas Gerais, justificando a necessidade de professores de Libras que possam atuar junto a essas escolas (PPC Licenciatura Especial em Letras-Libras, 2018, p. 19).

Cumpridos todos os trâmites de criação de um novo curso, ainda mais com uma entrada especial e um vestibular específico, em 20/11/2018 o Conselho Universitário da UFMG cria o Curso de Graduação em Letras-Libras - Licenciatura, através da Resolução Nº 13/2018. A proposta dessa Licenciatura Especial tem o objetivo de atender a duas demandas: (1) a necessidade de formação de professores para o ensino da Libras em diferentes contextos e níveis de educação; (2) suprir a necessidade de oferecer formação superior a pessoas Surdas, em que o processo de ensino-aprendizagem seja mediado pela Libras (PPC Licenciatura Especial em Letras-Libras, 2018, p. 20). Conforme os dizeres do Projeto

A concepção do curso se pauta em uma perspectiva sócio-antropológica da Surdez, em que os surdos são vistos como um grupo linguístico-cultural minoritário. Sob essa ótica, a educação das pessoas surdas tem como princípio norteador as representações socioculturais, identitárias e linguísticas da Comunidade Surda; e não a deficiência ou o déficit auditivo. Destaca-se aqui que, além de a Libras constituir-se como o principal elemento identificador dessa Comunidade, esta se constitui a primeira língua desses sujeitos, de modo que desempenha papel fundamental tanto no desenvolvimento das habilidades e capacidades comunicativas quanto no desenvolvimento cognitivo e social (PPC Licenciatura Especial em Letras-Libras, 2018, p. 20-21).

O primeiro vestibular de Letras-Libras na Universidade Federal de Minas Gerais foi no segundo semestre do ano de 2019. O vestibular para o curso foi distinto para ouvintes e surdos, acontecendo no mesmo dia e horário. Todas as perguntas sobre o conteúdo do Ensino Médio eram em Libras, tanto para surdos quanto para ouvintes. As respostas às questões deveriam ser assinaladas no caderno de respostas recebido. As primeiras perguntas foram sobre o tema “Língua Brasileira de Sinais” e sua legitimidade como meio legal de comunicação e expressão, ou a língua utilizada pelas comunidades surdas do Brasil.

No tocante a outras áreas do conhecimento, havia questões voltadas para conhecimentos gerais e estudos do Ensino Médio, como: física, química, matemática, biologia, artes, história e geografia. O nível de dificuldade das perguntas parece ser semelhante ao das questões do Exame Nacional do Ensino Médio. Após a visualização das perguntas em Libras, havia um tempo para as respostas, que deveriam ser marcadas no caderno. O vídeo com as questões ia da primeira até a última, depois repetia.

A prova de português para os ouvintes continha 10 questões de interpretação de texto e gramática. Assim como todas as questões de Libras e de conhecimento gerais, esse momento da prova não poderia ser zerado. Cada questão era um breve texto: poema, conto ou escrita jornalística, precisando ser analisado e respondido de acordo com o questionamento que era trazido no enunciado. A prova de português para os surdos era uma prova de segunda língua, ou seja, não era cobrado um conhecimento de português como um nativo, era uma prova escrita para falantes de segunda língua. Essa prova também continha 10 questões de interpretação de texto e gramática, porém em um nível de dificuldade compatível com conhecimento de segunda língua.



Figura 1- Aplicador apresenta orientações aos candidatos do processo seletivo. Fonte: site da UFMG. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/entendo-que-sou-um-modelo-para-outros-diz-candidato-ao-primeiro-vestibular-de-letras-libras>. Gabriel Araújo/UFMG.

Antes do vestibular do curso, a UFMG já havia designado a quantidade de vagas: 30 vagas no total. Dentre essas 30 vagas: 25 eram para alunos surdos/deficientes auditivos e 5 eram destinadas à ampla concorrência, de acordo com categorias de escola pública, renda bruta familiar, autodeclarados negros e os demais, que não fizeram essa autodeclaração. Todos os alunos deveriam ser fluentes em Libras. Caso as vagas destinadas aos surdos não fossem preenchidas por pessoas surdas, poderiam ser preenchidas por candidatos aprovados para a ampla concorrência.

As disciplinas e didáticas do curso

As partes teórica e prática do curso são voltadas para a Libras. As aulas são ministradas em Libras para alunos surdos e ouvintes bilíngues e o português segue como língua secundária, sendo utilizado nas aulas em sua modalidade escrita. Todo o contato com os alunos entre si e até mesmo com os professores ouvintes é realizado em Libras, sendo desencorajada toda interação em português oral. Isso é feito não só em respeito aos alunos surdos – principalmente por ser um curso que forma professores de Libras – mas também para que os alunos ouvintes que ainda não dominem bem a língua estejam imersos na interação em Libras e desenvolvam fluência na mesma.

Durante as aulas, são usadas estratégias e metodologias de ensino que encorajam experiências visuais nas línguas de sinais. Desde a disposição da sala, que segue uma forma semicircular, onde todos os alunos conseguem se ver, até a forma como os professores lecionam em sala: em pé e quase não usando o recurso do quadro.

As disciplinas no curso Letras-Libras são ofertadas durante os cinco dias da semana, sendo quatro delas com todos os alunos do curso. Mais adiante explicaremos o porquê da separação de uma disciplina. Voltando a dar o enfoque nas aulas, no primeiro período, as disciplinas ofertadas em Libras são: Fundamentos da educação de surdos; Introdução à linguística das línguas de sinais; Introdução à linguística geral e Português como segunda língua I, ofertada apenas para os alunos surdos.

A maioria dos professores que lecionaram no primeiro semestre são ouvintes fluentes em Libras, com exceção de um professor que não tinha conhecimento da língua, o professor de Introdução aos estudos literários. Para essa aula, era necessária a presença de intérpretes Português/Libras. Conforme as aulas aconteciam, houve uma troca de experiências linguísticas com o professor que foi aprendendo com os alunos algumas palavras e frases em Libras, mesmo não sendo esse o objetivo da disciplina.



Figura 2- Prova de Introdução à Linguística das Línguas de Sinais, alunos do Letras-Libras na sala de informática. Prova elaborada em vídeos.

Fonte: Acervo pessoal do professor Guilherme Lourenço.

Em uma das disciplinas, a turma é dividida pois o conteúdo difere entre alunos surdos e ouvintes. Seria a disciplina “Português como segunda língua I”. Não caberia aos alunos ouvintes uma disciplina de sua língua materna, como secundária. Sendo assim, os alunos ouvintes do curso fazem outras disciplinas do curso de Letras relacionadas ao português que condizem com a carga horária de 60 horas da disciplina obrigatória do curso, mas que são oferecidas como língua materna.

Sobre a disciplina separada, os alunos ouvintes teriam que fazer uma disciplina de 60 horas, que seria a carga horária da disciplina de um semestre todo. Então, foi dada a opção a esses alunos de cursar uma disciplina equivalente da grade curricular

do curso de Letras. Foram oferecidas duas disciplinas com carga horária de 30 horas de “Oficina de Texto” durante o semestre para os alunos ouvintes.



Figura 3- A turma do Letras-Libras com o professor de Introdução aos estudos literários e os intérpretes que acompanhavam as aulas.

Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.

Ocupando o espaço acadêmico

Analisando o projeto pedagógico do curso de Letras-Libras no ano de 2018, temos como objetivo principal do curso a seguinte descrição:

O objetivo geral do Curso de Letras-Libras é formar profissionais para o ensino da Língua Brasileira de Sinais em diferentes contextos e níveis de educação, capazes de lidar, de forma crítica, com as diferentes condições e situações de uso, ensino e aquisição da Língua Brasileira de Sinais, a partir da reflexão sobre seu desenvolvimento histórico, cultural e linguístico na comunidade surda brasileira (PPC Licenciatura Especial em Letras-Libras, 2018, p. 19).

Durante o primeiro período do curso, no segundo semestre de 2019, tivemos uma grande movimentação de surdos, ouvintes e intérpretes conversando em Libras na UFMG e principalmente no prédio onde funciona a Faculdade de Letras (FALE), despertando a curiosidade dos alunos de outros cursos para o conhecimento da língua. Os alunos do Letras-Libras estão pertencendo cada vez mais a esses espaços, que antes eram de pouco acesso para surdos e deficientes auditivos.



Figura 4- Oficina de LIBRAS ofertada pelos alunos do Letras-Libras a alunos ouvintes de Fundamentos de Libras.

Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.



Figura 5- Palestra: Empoderamento Surdo, seu lugar no mundo e na sociedade.
Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.



Figura 6- Encontro do evento Mãos Literárias. Turma do Letras-Libras.
Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.

Em lugares como palestras e congressos dentro da UFMG, a Universidade disponibiliza intérpretes para a participação dos alunos surdos, gerando assim uma democratização do processo de formação desses alunos, assim como previsto no Projeto Pedagógico de Curso: Licenciatura em Letras-Libras (2018, p. 32):

Os alunos serão acompanhados por intérpretes de língua de sinais em todas as atividades necessárias: durante as aulas com professores não proficientes na língua, nas atividades práticas, laboratórios, palestras, etc. O intérprete de Libras atua como o canal comunicativo entre o aluno surdo, o professor, colegas e equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares.

Em relação às competências finais dos graduandos do Letras-Libras em licenciatura da UFMG, o Projeto Pedagógico de Curso busca nos alunos o desenvolvimento de habilidades específicas, como: a compreensão crítica das condições de uso e desenvolvimento da linguagem, em especial da Língua Brasileira de Sinais, a partir da reflexão sobre seu desenvolvimento histórico, cultural e linguístico na comunidade surda brasileira; o domínio teórico e crítico dos componentes fonológico, morfosintático, lexical e semântico-pragmático de uma língua, especialmente aplicados à linguística de línguas de sinais, além de várias outras que não serão citadas, mas que integram um conjunto de habilidades que visam o desenvolvimento pleno dos alunos, de forma que possam, futuramente, desempenhar com maestria o papel de professores de Libras.

Conquista e Pertencimento

Dentro da FALE, temos algo que ainda precisa ser tratado como uma questão de prioridade para os surdos, que seria a falta de comunicação com os funcionários e locais públicos, como na biblioteca, na cantina e no colegiado da LETRAS. Ainda temos essa falha de comunicação dentro desses setores na Universidade.

Sobre a questão de pertencimento, como dito anteriormente, não é apenas um pertencimento ao local, o que já é um grande avanço, mas trata-se de uma questão de se sentir pertencente ao grupo, à Comunidade universitária que ali congrega. Tivemos um avanço de uma fronteira de autoidentificação desses alunos com a universidade. Os surdos ainda são um dos grupos de minorias nos espaços acadêmicos do nosso país, ainda são poucos os surdos ingressantes de universidades públicas ou em instituições de ensino superior privado, sendo o principal motivo a falta de acessibilidade e direitos linguísticos, privados desde a primeira infância. Por isso, a criação do curso Letras-Libras na UFMG foi uma conquista para a comunidade surda. O fato de o surdo poder se sentir pertencente a uma comunidade universitária como a UFMG, utilizando a sua própria língua, interagindo com professores e alunos de diversas áreas que cursam disciplinas na FALE, assim como nos demais espaços da UFMG, é uma conquista antes considerada inatingível, mas hoje é uma realidade. Ter a possibilidade de conhecer e interagir com outras culturas que circulam pela universidade – como os indígenas e

quilombolas, por exemplo – e de divulgar aspectos de sua própria cultura surda, ainda tão desconhecida da população em geral, também é uma conquista indizível.

Um outro fator que merece destaque com respeito ao sentimento de pertencimento é a possibilidade de interagir com a professora Michelle Murta, a primeira professora surda efetiva na UFMG. Apesar de estar no momento de licença para concluir o seu doutoramento, a professora Michelle faz questão de interagir com os alunos do curso, sendo, para nós, mais do que um modelo de superação: ela é uma inspiração para que os alunos surdos possam se espelhar.



Figura 7- Professora Michelle Murta apresentando seu trabalho sobre Literatura Surda.
Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.

O curso de Letras-Libras no ERE

Diante de um momento tão delicado quanto a pandemia, assim como em todos os demais cursos da UFMG, no ano de 2020 fomos surpreendidos com o Ensino Remoto Emergencial. O ERE não foi um ensino virtual planejado desde o início do ano e, como o nome diz, foi uma forma de ensino emergencial. Antes do retorno dos estudantes e o reinício das aulas de forma remota, a UFMG fez uma pesquisa de campo para se informar dos acessos à internet em casa e a disponibilidade de realização das aulas virtuais de cada aluno. Sendo assim, a UFMG disponibiliza diversas formas de acesso dos alunos para possibilitar o ERE, desde um auxílio financeiro para acesso à internet de alunos que tinham essa necessidade para dar prosseguimento nos estudos, como o empréstimo de equipamentos (notebooks) e até mesmo o auxílio na compra desses, dependendo do nível socioeconômico dos alunos.

As aulas são síncronas e assíncronas, tendo encontros virtuais em plataformas como o Meet, Zoom, onde os alunos podem ter uma interação com o professor e outros colegas, ou aulas ministradas pelo StreamYard, com acesso dos alunos pelo YouTube e interação escrita pelo chat. Todas as aulas síncronas são gravadas, de forma que os alunos que tiverem algum impedimento ao acesso possam assistir as aulas posteriormente, de forma remota. As aulas assíncronas são as atividades referentes ao conteúdo que está sendo discutido e ficam disponíveis para os alunos na plataforma Moodle, de acordo com o cronograma de cada professor.

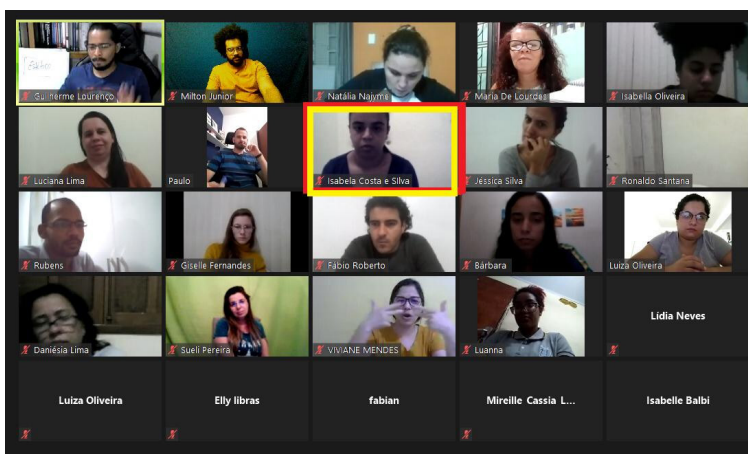


Figura 8- Aula do professor Guilherme pela plataforma Zoom
Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.

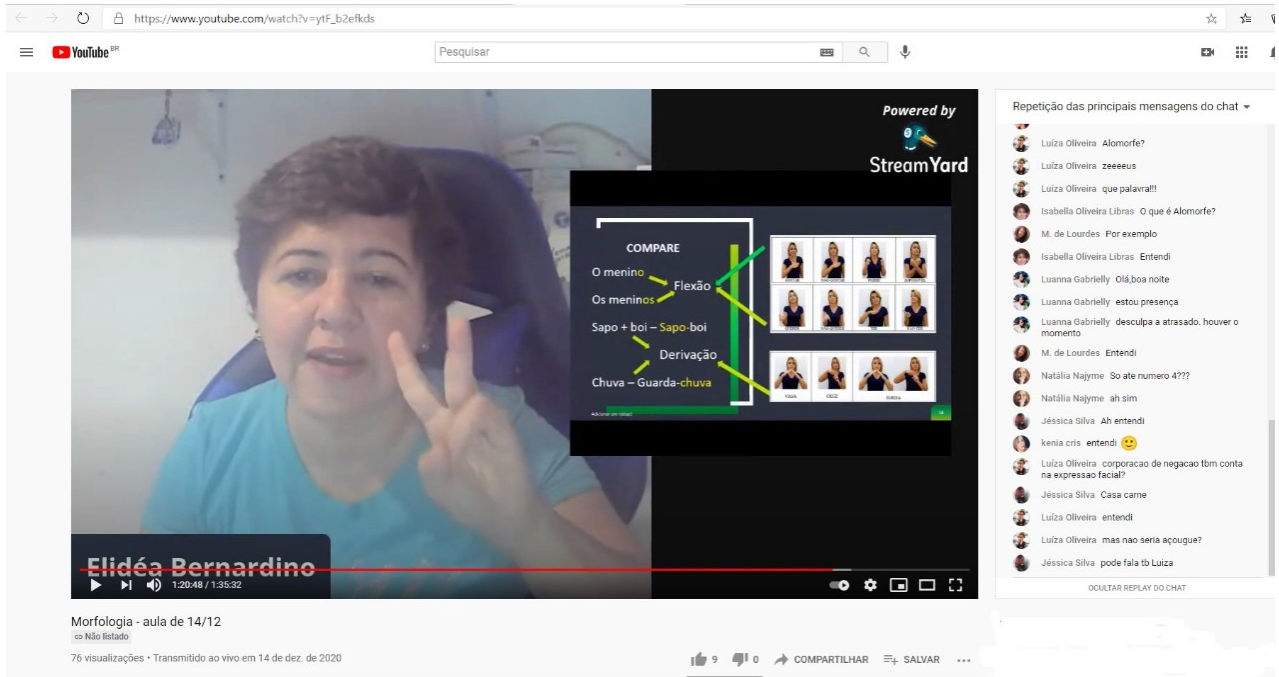


Figura 9- Aula de morfologia da professora Elidéa pela plataforma StreamYard e visualização pelo Youtube
 Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.



Figura 10- Professora Elidéa usando a plataforma StreamYard e interagindo com uma das alunas surdas.
 Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.

Houve um estranhamento no início do período, alunos com dificuldades de compreender as plataformas de comunicação, pessoas que não tinham ainda o acesso à internet em casa, as plataformas falharam, não entravam e às vezes ocorriam problemas no próprio sistema da UFMG. Assim como já citado neste artigo, a Libras é a língua principal usada neste curso, por isso as aulas são preferencialmente síncronas, tendo encontros diários com a maioria dos professores, com exceção de alguns. As atividades no Moodle são majoritariamente vídeos em Libras e outros professores utilizaram a plataforma para as atividades em português, como questões escritas em português e respostas em Libras, e vice-versa.

O ensino à distância na Libras dentro da UFMG já acontecia há anos, pois, como dito anteriormente sobre a disciplina de Fundamentos de Libras, os professores já trabalhavam com a plataforma Moodle nessa disciplina. Entretanto, mesmo esta precisou sofrer adaptações em suas aulas e atividades avaliativas – anteriormente presenciais – de acordo com as necessidades para o ensino remoto.

Todos nós alunos pudemos ver e experienciar as dificuldades durante o ensino não presencial, como a falta de um espaço apropriado para os estudos, horários diferentes de cada morador da casa, da família, quedas de energia durante as chuvas, entre outros fatores particulares de cada pessoa e região em que habita. Os professores, por outro lado, tiveram que adaptar as aulas de forma a condensar os conteúdos em uma aula semanal e reprogramar as atividades avaliativas, possibilitando um estudo autônomo das disciplinas ofertadas. Apesar de tudo, as aulas mantiveram os padrões de encontros, discussões e atividades que já existiam na modalidade presencial. Pode-se dizer que o ensino emergencial distanciou os alunos da universidade e das relações de interação dos estudantes, uns com os outros e também com os professores.

Um ponto que precisou ser levado em consideração pelos professores foi a necessidade de interação em Libras. Alguns problemas precisaram ser discutidos pelo Colegiado do curso, como o fato de não ser possível utilizar a plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pela Universidade, por não ser possível a visualização dos colegas ou da janela em que o professor ministra a aula em Libras, durante a apresentação de slides de PowerPoint, pelo fato de a janela ficar num tamanho muito reduzido, dificultando a visualização. A utilização da plataforma StreamYard, com acesso pelo YouTube, foi um recurso que funcionava parcialmente, já que para os alunos poderem

interagir com os colegas, tinham que fazê-lo pelo chat, em português, ou entrando no link de acesso “à sala”, conforme a Figura 11, com possibilidades de entrada bem limitadas (no máximo 3 alunos por vez).

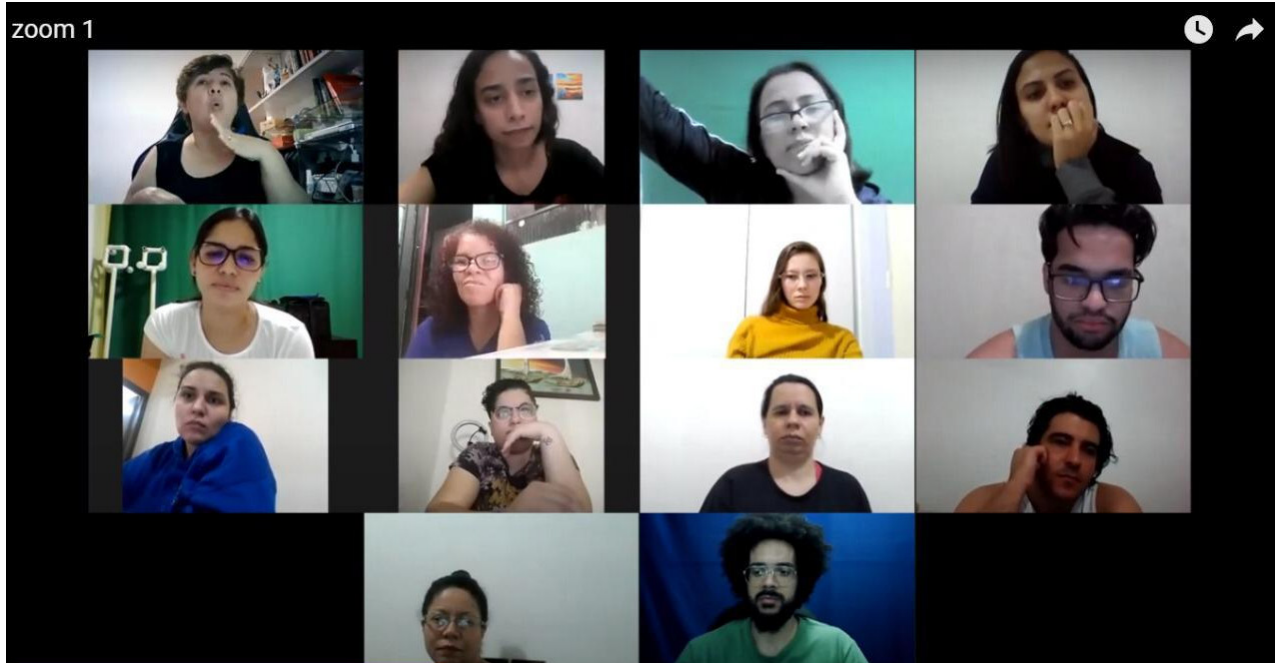


Figura 11- Aula regular no zoom, com a participação dos alunos
Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.

Os professores optaram por utilizar o Zoom – inicialmente a versão gratuita, o que dificultava a continuidade da aula, pelo fato de que, nessa versão, o tempo máximo de utilização é de 40 minutos. Findo esse tempo, a plataforma encerrava o link e todos precisavam entrar novamente no mesmo link, o que atrasava as aulas em pelo menos 10 minutos. A solução foi cada professor comprar uma licença, até que a FALE pudesse comprar licenças para o curso, para que pudessem utilizá-las nos dias de suas aulas. A plataforma Zoom, na versão paga, possibilita o acesso de até 100 participantes, gravação das aulas no computador ou na nuvem, separação da classe em grupos de trabalho e utilização de um quadro branco (como uma lousa) para momentos em que é necessário o uso de exemplos escritos. Exemplos estão nas Figuras 11 a 14.



Figura 12- Divisão da turma em grupos de trabalho – os participantes interagem entre si, com a presença da professora mediadora.

Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.

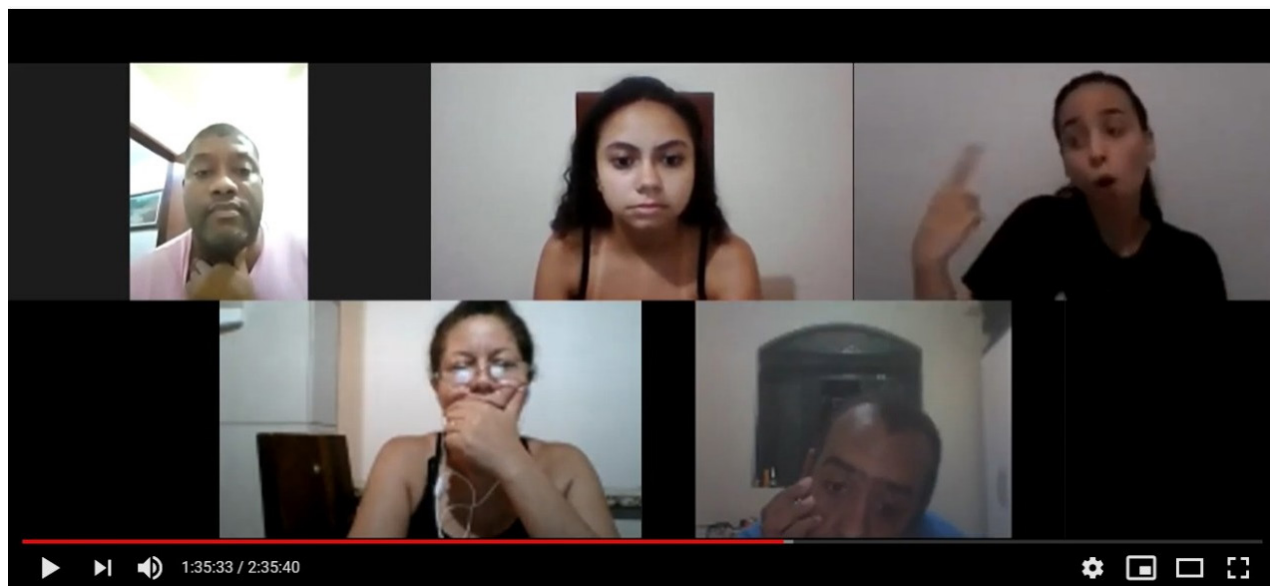


Figura 13- Divisão da turma em grupos de trabalho – os participantes interagem entre si, sem a presença da professora mediadora.

Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.

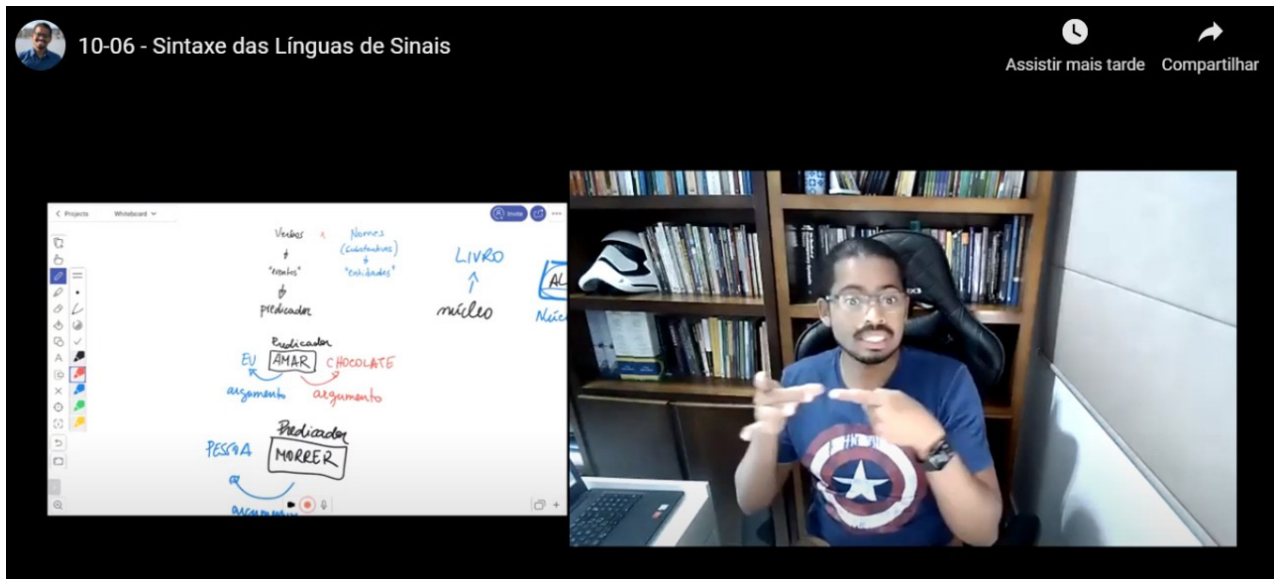


Figura 14- Aula no Zoom com utilização do quadro branco.
Fonte: Foto retirada de acervo pessoal.

Novas perspectivas para o curso de Letras-Libras

Apesar das diversas dificuldades encontradas tanto por alunos quanto por professores nessa fase do curso, que esperamos ser transitória, percebe-se nos alunos a criação do hábito de estar todos os dias no computador ou no celular para a aula, para a atividade, buscando a interação.

Atualmente seguimos com o ERE, e ainda é presente nas comunidades discente e docente sentimento de insegurança e angústia. Diante do novo, sendo esse novo o curso de Letras-Libras recém-iniciado na Universidade ou o isolamento social, fica a dúvida dos alunos sobre a qualidade do ensino, fazendo uma análise sobre as duas modalidades, presencial e remota. Não há como os professores ou até mesmo a UFMG saber a necessidade de cada aluno e como estão lidando com as aulas remotas. Fica também a dúvida, do lado dos professores, se a qualidade do ensino está sendo mantida, se os objetivos estão sendo alcançados, mesmo após horas de preparação de uma única aula ou atividade. Entretanto, um ponto positivo que se pode observar em todas essas atividades interativas entre professores e alunos é uma maior humanização da Universidade. Passando todos pelas mesmas dificuldades, perdas pessoais, superações, obstáculos, em certos momentos não se observa uma interação professor-aluno

ou aluno-aluno. Observa-se a interação humano-humano, a busca pela compreensão do outro, a empatia frente às dificuldades enfrentadas em ambos os lados, mediadas pelas telas dos computadores e celulares.

Um olhar futuro sobre o ensino superior seria o vislumbre de que todos estão desenvolvendo maior facilidade para se relacionar com as plataformas digitais (da UFMG ou não). Quem sabe no futuro os alunos poderão realizar avaliações virtuais, ofertar oficinas de Libras para outros cursos utilizando a internet, ter a possibilidade de assistir a uma aula perdida que foi gravada no período do ensino remoto, ou mesmo rever aulas como forma de estudar para as provas e atividades avaliativas. Ter esse conteúdo disponível foi um avanço no ensino e nas novas práticas de se estudar. São visões de pessoas que passaram pela pandemia do novo Coronavírus, passaram pelas suspensões das aulas e dos trabalhos presenciais e que pensam na famosa frase “e depois?” Quem sabe essa seria uma perspectiva positiva, um novo ganho acadêmico para a volta do ensino presencial, permeado por práticas adquiridas com o ERE? Não custa nada sonhar!

Referências bibliográficas

BERNARDINO, Elidéa L. **A construção da Referência por Surdos na Libras e no Português Escrito: A Lógica no Absurdo**. 1999. 318 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/profs/elidea/Bernardino-Elidea-1999.pdf. Acesso em 02 jul. 2021.

BERNARDINO, Elidéa L. **Absurdo ou lógica? Os surdos e sua produção linguística**. Belo Horizonte, MG: Ed. Profetizando vida. 2000.

BERNARDINO Elidéa. SILVA Giselli, PASSOS Rosana, SOUZA Letícia. O ensino de Libras na UFMG: Uma experiência mais que virtual. **Revista Texto Livre: Linguagem e Tecnologia**. Vol. 7, n° 2. 2014. ISSN 1983-3652 Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivre>. Acesso em 05/01/2021.

BRASIL. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. **Lei 10.436 de 24 de abr. de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm. Acesso em: 05 jul. 2021.

NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAI - UFMG). Disponível em: <https://www.ufmg.br/nai/>. Acesso em 02 jul. 2021.

PEREIRA, Maria Cristina C. Ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. **Educar em revista**, Curitiba: Editora UFPR, Edição Especial n° 2/2014, p. 143-157.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS-LIBRAS. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://libras.letras.ufmg.br/images/Projeto_Ped_Grad_Letras_Libras.pdf Acesso em 05/01/2021.

RODRIGUES, Carlos H. A realidade Plurimultilíngue Brasileira: língua de sinais e políticas linguísticas. In: **Educação em foco: Língua de Sinais, Surdos e Educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, vol. 19, n° 2, jul. 2014/out. 2014, 43-69.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma jornada pelo mundo dos Surdos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

SANTOS, Wederson R. Pessoas com Deficiência: nossa maior minoria. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 18 (3), 501-519, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/SDWpCmFGWGn69qtRhqqGSy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 jul. 2021.